CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 255.20.44 - CEP: 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº: 409/94 - Ap. Proc. 3ª DE nº 108/94
INTERESSADO: Fábio Antônio Gonçalves Martins
ASSUNTO: Recurso - Avaliação Final - IE Santa Teresa - Capital
RELATOR: Cons. Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá
PARECER CEE Nº 070/95 - CLN - APROVADO EM 15-02-95

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

Irresignada com a DE da Capital que, fundamentada na inexistência de ilegalidade no processo avaliatório, ao qual submeteu-se Fábio Antônio Gonçalves Martins, sem apresentar desempenho satisfatório, manteve a decisão do Instituto de Educação Santa Teresa, retendo-o na 1ª série do ensino do 2º grau. Maria de Fátima Gonçalves Martins, recorre a este Conselho, nos termos da Deliberação CEE nº 03/91, alterada pela Deliberação CEE nº 09/93.

1.2 APRECIACÃO

Para tanto, afirma, no aspecto legal, que a escola laborou em desrespeito às normas regimentais, haja vista que alteração regimental fora implantada em 1993, ano de sua aprovação, contrariando, dessa forma, o artigo 25 da Deliberação CEE nº 33/72.

No mérito, censura o caminho trilhado pela escola, no processo de recuperação de seus alunos.

PROCESSO CEE Nº 409/94

PARECER CEE Nº 070/95

Por seu turno, a Comissão de Supervisores, após nova análise da situação escolar do aluno, esclarece:

a) Na legalidade, que:

1 - não obstante o inicial conflito de interpretação, quanto à vigência da norma inovadora, a Escola acatou a determinação do Supervisor, estendendo a recuperação para alunos que a ela tinham direito, conforme a norma regimental anterior;

2 - embora houvesse concentração de avaliações num período relativamente curto, dado o número de disciplinas em que o aluno ficou retido para a recuperação, isto não constitui ilegalidade, senão um desconforto pedagógico, o que por sinal foi motivo para alterar a norma regimental questionada.

b) No mérito, que:

1 - teve-se ao desempenho global apresentado pelo aluno durante o ano letivo:

2 - o quadro de desempenho global exposto, desde a 5ª série, posiciona-o no limiar da retenção, excetuando-se na 6ª série. Quando na 1ª série do 2º grau, em 1993, foi retido em 4 das 6 disciplinas que submeteu-se à recuperação.

Para concluir, a Sra. Delegada de Ensino esclarece que, após análise dos fatos noticiados, não vislumbra nenhuma ilegalidade. Contudo, devido à forte

PROCESSO CEE N° 409/94

PARECER CEE N° 070/95

insistência por parte da mãe interessada, aliada ao princípio do direito de petição, encaminha o assunto à apreciação do Conselho.

De nossa parte, concordamos com as manifestações da Sra. Deleçada de Ensino.

2. CONCLUSÃO

À vista do exposto, deixa-se de acolher o recurso, em nome de Fábio Antônio Gonçalves Martins, por ausência de manifesta ilegalidade, nos termos da Deliberação CEE n° 03/91, alterada pela Deliberação CEE n° 09/93.

São Paulo, 04 de outubro de 1994

a) Cons. Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá
Relator

3. DECISÃO DA COMISSÃO

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS adota, como se Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá, Afonso Celso Fraga Sampaio Amaral, Agnelo José de Castro Moura, João Gualberto de Carvalho Meneses e Francisco Aparecido Cordão.

Sala da Comissão, em 18 de janeiro de 1995.

a) Cons. Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá
Presidente da CLN

PROCESSO CEE Nº 409/94

PARECER CEE Nº 070/95

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Legislação e Normas, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 08 de fevereiro de 1995.

a) Cons. NACIM WALTER CHIECO
Presidente